

A LEI E O ESPÍRITO

Paulo não deu detalhes sobre o irmão que o confrontou e perturbou a igreja de Corinto. O apóstolo esperava adicionar seu perdão pessoal ao perdão já concedido pela igreja, de acordo com 2:10. Isto sugere que, durante sua segunda visita a Corinto, conhecida como a “triste visita”, ele e o irmão ofensor haviam divergido em questões vitais ao bem-estar da igreja (veja 7:12). Embora esse homem aparentemente tenha assumido a liderança na oposição ao apóstolo, ele não agiu sozinho. O incidente ainda estava fazendo com que outros em Corinto questionassem a autoridade de Paulo.

A Primeira Epístola aos Coríntios deixa claro que alguns cristãos coríntios estavam influenciados pela filosofia do mundo. Parece que eles queriam que a igreja adaptasse seu pensamento ao mesmo tipo de “sabedoria” que se podia encontrar nas praças públicas (1 Coríntios 2:1–6; 3:18, 19). Embora alguns críticos do apóstolo fossem cristãos locais, nem todos os seus oponentes residiam ali. Mais tarde, em 2 Coríntios, fica claro que falsos apóstolos vindos de longe haviam chegado a Corinto.

Diferentemente de muitos judeus coríntios que logo rejeitaram a mensagem de Paulo sobre Jesus, os recém-chegados criam que Jesus era o Cristo. Eles alegaram possuir autoridade apostólica (2 Coríntios 11:5) e usaram sua origem judaica (veja 11:22) para persuadir os cristãos coríntios, gentios, a se subordinarem à lei mosaica. No capítulo 3, Paulo começou a se reportar a esses homens que queriam transformar o cristianismo numa seita de judeus. O apóstolo refutou esse ensino em Corinto assim como refutou os mestres judaizantes em sua carta às igrejas da Galácia. Os cristãos de Corinto se juntaram à luta geral da igreja primitiva para se distinguir do judaísmo.

Paulo enfatizou que algo novo havia acontecido com a vinda de Jesus de Nazaré. O propósito do Senhor não tinha sido reeditar o judaísmo. Paulo não estava abandonando a revelação de Deus feita no Antigo Testamento (1 Coríntios 10:1–6); seu ensino era uma revelação que procedia de Cristo. Em Cristo, crentes judeus e gentios deveriam igualmente viver debaixo de uma nova aliança. O ministério do Espírito oferece salvação à todos os seres humanos. Por essa razão, a nova aliança manifesta a glória de Deus num grau que a antiga aliança não pôde fazê-lo. Paulo redigiu uma defesa quando escreveu 2 Coríntios. Como sempre é o caso em se tratando de pregadores do evangelho, a integridade do mensageiro e a mensagem estavam interligadas.

“NOSSA SUFICIÊNCIA VEM DE DEUS” (3:1–6)

¹Começamos, porventura, outra vez a recomendar-nos a nós mesmos? Ou temos necessidade, como alguns, de cartas de recomendação para vós outros ou de vós? ²Vós sois a nossa carta, escrita em nosso coração, conhecida e lida por todos os homens, ³estando já manifestos como carta de Cristo, produzida pelo nosso ministério, escrita não com tinta, mas pelo Espírito do Deus vivente, não em tábuas de pedra, mas em tábuas de carne, isto é, nos corações. ⁴E é por intermédio de Cristo que temos tal confiança em Deus; ⁵não que, por nós mesmos, sejamos capazes de pensar alguma coisa, como se partisse de nós; pelo contrário, a nossa suficiência vem de Deus, ⁶o qual nos habilitou para sermos ministros de uma nova aliança, não da letra, mas do Espírito; porque a letra mata, mas o Espírito vivifica.

Versículo 1. Em sua “triste visita” a Corinto, Paulo enfrentou oponentes entre os irmãos. Provavelmente, o homem que tomou a iniciativa de resistir a Paulo (apoiado por seus aliados) acusou o apóstolo de se vangloriar ou ter orgulho de si mesmo (veja 5:12; 10:12, 18; 12:11). Esses críticos compararam Paulo a outros mestres que podiam ser ouvidos em praça pública. “Ele está criando uma leva de seguidores”, diziam eles, “para recolher um salário lucrativo”. E tentaram firmar suas acusações alegando que Paulo vacilou no cumprimento de suas promessas (1:17). Paulo ficou indignado com a acusação deles de que seu propósito a longo prazo era mercadejar o evangelho (veja 1 Coríntios 9:12; 2 Coríntios 12:14).

O apóstolo ficou ofendido com a possibilidade de algum irmão coríntio tratá-lo como a um estranho e questionar seus motivos, já que ele era conhecido entre eles. O apóstolo perguntou: **Comecemos, porventura, outra vez a recomendar-nos a nós mesmos?** Claro que não. Ele não estava vendendo o evangelho de Cristo como outros mercadejavam seus esquemas filosóficos (veja 2:17). E o evangelho não deve ser visto como uma reedição do judaísmo. Sutilmente no início, e depois com mais força, Paulo traçou linhas nítidas separando os que obedeceram à mensagem do evangelho dos que ainda estavam apegados à lei mosaica, o “ministério da morte” (3:7).

A menção de “cartas de recomendação” sugere que algum indivíduo ou equipe havia chegado a Corinto com cartas de endosso ou de apresentação. Essas cartas provavelmente teriam impressionado, se fossem da igreja de Jerusalém, o lugar de origem da mensagem de Cristo. É provável que os portadores dessas cartas de recomendação eram crentes da Judeia que haviam abraçado a fé no Jesus de Nazaré. Acreditavam que o Nazareno apresentara uma interpretação do judaísmo que engrandecia tanto o judaísmo étnico quanto a lei.

É quase certo que os cristãos judeus recém-chegados a Corinto exigiram que Paulo apresentasse cartas de recomendação como as que eles haviam apresentado. O apóstolo não se rebaixaria a esse nível de autorrecomendação adotada pelos novos mestres. Eles podiam se comparar entre si (10:12), mas Paulo não participaria dessa atividade. Eles eram falsos apóstolos; precisavam de cartas de recomendação em Corinto; Paulo não.

O capítulo 3 contém fortes evidências de que alguns irmãos de Corinto estavam sendo influen-

ciados por cristãos judeus que insistiam que o cristianismo era uma ramificação do judaísmo. Todo cristão, diziam eles, tem de obedecer à lei. Este capítulo contém uma visão geral da confrontação do apóstolo com esses falsos apóstolos, confrontação esta que será descrita mais detalhadamente nos últimos quatro capítulos da carta. A exposição sobre o véu metafórico que cobria os rostos dos judeus (3:14) dá um vislumbre do perfil desses oponentes. No parecer de Paulo, os que ainda estavam apegados aos ritos e ao caráter étnico do judaísmo após a morte de Cristo na cruz demonstravam não compreender a obra de Deus.

Parece que o oponente ou os oponentes de Paulo tinham vindo da Judeia enquanto o apóstolo trabalhava em Éfeso. De repente, a igreja colocou os recém-chegados em igualdade com o apóstolo. Da perspectiva de Paulo, a facilidade com que os irmãos foram enganados pelos novos mestres era absurda. Ele sinalizou seu espanto quando comentou sobre questionarem suas credenciais. E fez uma segunda pergunta, iniciada com um enfático μή (*mē*, “não”). **Ou temos necessidade, como alguns, de cartas de recomendação para vós outros ou de vós?** A ideia implícita era: “Com certeza não precisamos de cartas como alguns precisam”. Paulo havia plantado a congregação em Corinto. Ele foi o primeiro a pregar para aqueles irmãos a revelação de que Deus, por Sua graça, ofereceu salvação a todos, tanto judeus como gentios, enviando o Salvador. Exigir do apóstolo cartas de recomendação àquela altura era tolice. O fato de a igreja sugerir isso era um insulto à integridade pessoal de Paulo. Os dezoito meses que Paulo esteve com eles e as credenciais do apostolado que eles próprios testemunharam nele (12:12) forneciam toda a recomendação necessária.

Linda L. Belleville fez uma explanação fortemente argumentada defendendo que 2 Coríntios 1—7 contém vários paralelos com cartas de apresentação do mundo greco-romano escritas naquela época. Ao mesmo tempo, há diferenças importantes. Ela salientou que a recomendação apresentada por Paulo foi temperada com a defesa de seu ofício apostólico como ministro e servo de Cristo¹. Em vez de se referir aos seus feitos pessoais e ao poder que ele exercia, Paulo mostrou aos irmãos

¹Linda L. Belleville, “A Letter of Apologetic Self-Commendation: 2 Cor. 1:8—7:16”, *Novum Testamentum* 31. Abril de 1989, p. 160.

credenciais como ser perseguido, ficar perplexo e abatido (4:4–10).

Versículo 2. Em contraste com outros que podiam precisar de cartas de recomendação escritas com papiro e tinta, a própria igreja em Corinto era a carta de Paulo. Ele disse: **Vós sois a nossa carta... conhecida e lida por todos os homens.** Os coríntios que confessaram a Cristo davam testemunho de Paulo em todos os lugares. Os mestres judaizantes só tinham cartas de igrejas da Judeia.

Os falsos apóstolos não podiam apontar para os cristãos e afirmar que eles eram sua carta de recomendação. A estratégia deles consistia em manter o povo judeu na posição de favorecidos de Deus. O judaísmo étnico era a primazia desse partido. Em contraste com isso, todos podiam ver os frutos do trabalho de Paulo: vidas transformadas, pagãos deixando de adorar ídolos; homens e mulheres cristãos manifestando arrependimento e assumindo uma moralidade inédita na cultura greco-romana daquela época (1 Coríntios 6:11). O apóstolo foi mais longe: “Vós sois a nossa carta”, **escrita em nosso coração.** Além de apresentar aos coríntios as condições ou exigências do evangelho, Paulo também os amou. O contraste entre Paulo e seus oponentes era gritante. Que frutos eles estavam produzindo? Poderia a adesão à lei mosaica levar vida aos coríntios?

Em vez de “escrita em nosso coração”, alguns manuscritos antigos de 2 Coríntios trazem “escrita em vosso coração”. As evidências textuais que favorecem “nosso coração” no lugar de “vosso coração” são fortes e se encaixam bem no contexto. Quase todas as traduções trazem “nosso coração”, em parte, porque esta é uma leitura mais difícil². Esperaríamos Paulo dizer que os coríntios podiam encontrar a carta do apóstolo escrita em seus corações. Em vez disso, o apóstolo afirma que ele levava os cristãos de Corinto em seu próprio coração. As reivindicações do apóstolo, segundo ele mesmo garantiu, eram reforçadas pelo testemunho de todos os homens. Outros podiam afirmar seu afeto pela igreja de Corinto, bem como a influência que o evangelho estava exercendo em suas vidas.

Versículo 3. Paulo continuou a explorar a me-

²“Em geral, a leitura mais difícil é a preferida” porque um escriba “seria tentado a fazer uma emenda” para esclarecer um ponto ou facilitar a leitura. (Bruce M. Metzger e Bart D. Ehrman, *The Text of the New Testament: Its Transmission, Corruption, and Restoration*, 4a. ed. Nova York: Oxford University Press, 2005, pp. 302–3.)

táfora usada em 3:2, porém não numa coerência lógica. Os coríntios eram uma “carta” pessoal das credenciais apostólicas de Paulo. Eram cristãos por causa do ensino de Paulo. Porque ele os amava, levava-os consigo como uma carta escrita em seu coração. Ele queria que outros soubessem desses irmãos. Eram uma carta que oferecia ao apóstolo uma garantia pessoal de que Cristo lhe havia dado uma missão. No entanto, tão certo quanto a igreja era uma carta particular de afeto lida por ele mesmo, também era uma carta para outros lerem. **Estando já manifestos como carta de Cristo**, disse ele. A conversão dos coríntios a Cristo por si só já recomendava Paulo. Cristo era o autor da carta, e o apóstolo a levava consigo em seu coração.

As metáforas do escritor não combinam bem entre si. A ideia de Paulo levar consigo a igreja de Corinto como uma carta de recomendação “conhecida e lida por todos os homens” em 3:2b não permite intuir que esses cristãos fossem uma carta escrita pelo próprio apóstolo. Ninguém é o autor e o portador de sua própria carta de recomendação. No entanto, é claro o sentido que Paulo tinha em mente. Após este primeiro ponto, ele ampliou a metáfora apresentando-se como o portador da carta. Ao contrário dos mestres recém-chegados, Paulo não precisava de uma carta para se apresentar aos cristãos coríntios. A existência da igreja ali era sua carta de recomendação.

A mensagem de Cristo entregue por Paulo em Corinto era certificada pelo poder do Espírito Santo. Algumas pessoas da cidade, por obedecerem a Cristo, tinham sido salvas de seus pecados. Como destacou Thomas E. Provence, Paulo usou “cartas” como uma metáfora:

...Paulo contrasta implicitamente não só a Nova Aliança com a Antiga, mas também o coração de pedra, que representa a vontade endurecida do homem em oposição a Deus, com o coração carnal, que representa o novo coração dócil e obediente da Nova Aliança.³

Normalmente, no mundo greco-romano as cartas não eram escritas em tábuas de pedra, embora, às vezes, cartas de personalidades importantes destinadas a uma cidade o fossem. Talvez Paulo tenha extraído sua figura de linguagem dos Dez Mandamentos, a carta de Deus a Israel. A carta que Paulo carregava em seu coração, ou seja, seu

³Thomas E. Provence, “Who Is Sufficient for These Things? An exegesis of 2 Corinthians ii 15—iii 18”, *Novum Testamentum* 24. Janeiro de 1982, p. 61.

amor pelos coríntios, não era uma série de mandamentos escritos em tábuas de pedra. Paulo disse que eram cartas escritas **não com tinta, mas pelo Espírito do Deus vivente, não em tábuas de pedra, mas em tábuas de carne, isto é, nos corações.** Talvez ele tivesse em mente a promessa de Deus revelada por meio do profeta Jeremias: “Na mente, lhes imprimirei as Minhas leis, também no coração lhas inscreverei” (Jeremias 31:31–34; veja Ezequiel 11:19; 36:26). As palavras de Paulo, inseridas no contexto mais amplo de 2 Coríntios, contêm tons de afeto, bem como de ironia e repreensão.

Versículo 4. As metáforas da carta levaram o apóstolo a fazer prontamente um contraste entre “o ministério da morte” (3:7) e “o ministério do Espírito” (3:8). Porque igrejas como a de Corinto estavam surgindo em todo o mundo (veja Colossenses 1:6), o apóstolo tinha plena **confiança** na aprovação divina de sua missão. Desde a experiência na estrada para Damasco e a pregação de Ananias (Atos 9:17), Paulo sabia que seu ministério seria **por intermédio de Cristo... em Deus.** A igreja de Corinto como uma carta gravada em seu coração, além da capacitação do Espírito, o encorajavam.

O medo, a incerteza e a dúvida interferem na intrepidez exigida dos que são chamados a desafiar o mundo a seguir a Cristo. Paulo tinha “confiança” de que Cristo estava ao lado dele e agia por meio dele para propagar a mensagem do evangelho a todas as pessoas.

Versículo 5. Depois de falar de sua “confiança” em Cristo, o apóstolo parece ter feito uma pausa. A certeza da veracidade de sua mensagem e a garantia divina de sua missão podiam até ser exploradas por adversários que o acusavam de arrogância. Por essa razão, ele esclareceu suas declarações. A certeza de Paulo não se apoiava em sua própria estimativa de suficiência, mas na certeza de que Deus a tudo supre: **Não que, por nós mesmos, sejamos capazes de pensar alguma coisa, como se partisse de nós.** Trilhando uma linha delicada entre falar com confiança e, ao mesmo tempo mostrando a devida dependência de Deus, Paulo explicou que a sua suficiência não tinha sido gerada por ele, vinha do alto.

Ele já havia questionado a suficiência para executar o ministério a ele conferido em 2:16: “Quem, porém, é suficiente para estas coisas?” (πρὸς ταῦτα τίς ἰκανός, *pros tauta tis hikanos*). O apóstolo alegou total suficiência para levar a cabo a sua missão, mas essa suficiência era uma dádi-

va de Deus. A confiança dele não estava em suas próprias forças ou excelência. Tal como a vinda de Cristo foi uma dádiva de Deus para salvar, assim era o Seu Espírito operando em Paulo e dando-lhe confiança.

Deus deu a Paulo o poder de pregar a Cristo e resistir àqueles que se opunham a ele por meio de almas sinceras que depositaram a fé no Salvador e o coração na obediência. A missão do apóstolo se realizava quando a aceitação do evangelho se vinculava à confiança que os salvos depositavam em sua autoridade. O apóstolo deu pouca atenção à liberdade com que conferiu questões espirituais a Deus, a Cristo ou ao Espírito Santo. Ele não ofereceu nenhuma explicação sobre como as três Pessoas da Divindade interagem. Sem se aprofundar, ele deixou implícito que Deus Pai, Jesus o Filho e o Poder do Espírito são distintos, mas são um. Paulo disse que sua confiança vinha “por intermédio de Cristo” (3:4), e acrescentou: **pelo contrário, a nossa suficiência vem de Deus.** No versículo seguinte, ele afirmou que “o Espírito dá vida”. Paulo ignorou as questões teológicas que emergem quando se afirma que $1 + 1 + 1 = 1$. O apóstolo parecia despreocupado, sem pretender entender a Divindade.

Versículo 6. Suprido com a suficiência que vem de Deus e capacitado pelo Espírito que vivifica, Paulo via a si mesmo e aos demais obreiros como **ministros de uma nova aliança.** Esses termos estão fundamentados nas promessas divinas de renovar a aliança. O apóstolo referiu-se explicitamente ao relacionamento entre Deus e os cristãos como uma “nova aliança” somente aqui e em 1 Coríntios 11:25. Nesta segunda passagem, a morte de Cristo e a lembrança dessa dádiva por meio da ceia do Senhor são identificadas como a base de uma nova aliança. Paulo desenvolveu a mensagem de 2 Coríntios 3 contrastando explicitamente o que há de novo em Cristo com o que havia de velho na aliança mosaica (veja 3:14). O contraste entre a “Jerusalém lá de cima” e a “Jerusalém atual” em Gálatas 4:25 e 26 se assemelha com o deste texto. Embora Paulo não tenha usado as palavras “nova aliança” em sua alegoria de Sara e Agar, ele as chamou de “duas alianças” em Gálatas 4:24.

O fato de Jesus Cristo ter trazido algo totalmente novo para o relacionamento entre Deus e os seres humanos era a força motriz que alavancava a mensagem de Paulo. Há estudantes do Antigo Testamento que discordam das implicações da lei mosaica. No entanto, muitos líderes religiosos judeus

definiam o relacionamento entre Deus e Seu povo pelo viés da adesão às leis que regiam a alimentação e o descanso no sábado. Tinham o cuidado de observar festas e até mesmo o dízimo das ervas de seus jardins. Enquanto expressões de amor a Deus, essas coisas não eram más.

Jesus e Paulo enfatizaram que foco nos ritos da lei tiravam a alegria de um relacionamento amoroso com o Pai. Jesus deu mais importância a aliviar o fardo da doença e do pecado do que impor definições de “obra”. Numa ocasião, Ele falou com um oficial da sinagoga que estava indignado porque Jesus não estava observando as restrições dos fariseus concernentes ao sábado. Jesus, segundo eles, violou as regras de “trabalho” ao curar uma mulher “possessa de um espírito de enfermidade” (Lucas 13:11). Disse Jesus: “Por que motivo não se devia livrar deste cativo, em dia de sábado, esta filha de Abraão, a quem Satanás trazia presa há dezoito anos?” (Lucas 13:16).

Deus quer do Seu povo obediência. No entanto, a tentativa de encontrar vida em Deus baseada na obediência à **letra** da lei conduz a uma sensação de peso e culpa. **A letra mata**, mas a mensagem do evangelho, revestido do poder do **Espírito**, concede perdão, graça e vida. A capacitação pelo Espírito Santo é a diferença fundamental entre a velha e a nova aliança. A nova aliança traz uma mensagem de graça. O cristão confia em Deus. Em vez de depositar sua esperança em seu próprio mérito ou na obediência sem pecado, ele depende da misericórdia de Deus. Confiando na graça de Deus, o cristão encontra segurança.

O contraste entre “letra” e “Espírito” não significa que Paulo tinha uma opinião negativa sobre a lei. Ele não estava dizendo que a lei exige uma obediência servil, enquanto o Espírito foca numa disposição interior sem relação alguma com o comportamento. De acordo com Paulo, o Espírito concede ao crente mais – e não menos – ânimo do que a lei para obedecer à vontade de Deus. Além disso, a lei, em seu devido uso, exigia um compromisso do coração que deveria ser incorporado à vida. Paulo estava dizendo que a lei, mesmo no seu melhor uso, só oferecia condenação. A condenação da lei se dava na falha humana em viver de acordo com ela. **O Espírito vivifica**, pois, por meio dele, o crente deposita toda a sua confiança na graça que Jesus Cristo manifestou na cruz. Ele pagou o preço do pecado. A vida debaixo da graça não é antinomiana (anti-lei). A obediência a Deus ainda é

exigida, assim como era debaixo da lei; mas onde a obediência falha, a graça agora encontra expressão por meio da fé do crente em Cristo e em Sua obra redentora.

“O MINISTÉRIO DO ESPÍRITO” (3:7–11)

Paulo tinha grande respeito pela lei de Moisés. Ao mesmo tempo, ele a denominou “ministério da morte” e “ministério da condenação” (3:7, 9). Ele disse que a Israel pertencia “a adoção e também a glória, as alianças, a legislação, o culto e as promessas” (Romanos 9:4). Ele também pressupôs que os judeus entenderam mal o papel da lei: “... até ao dia de hoje, quando fazem a leitura da antiga aliança, o mesmo véu permanece” (2 Coríntios 3:14). E escreveu: “Por conseguinte, a lei é santa; e o mandamento, santo, e justo, e bom” (Romanos 7:12) e : “...a letra mata, mas o Espírito vivifica” (2 Coríntios 3:6).

O público-alvo da Epístola aos Romanos (pelo menos em grande parte) era composta de crentes judeus, enquanto o de 2 Coríntios (na maior parte) consistia de cristãos gentios. Os cristãos judeus haviam viajado da Judeia para Corinto, defendendo que para ser salvo em Cristo era preciso aderir à lei, com todas as suas cerimônias étnicas (Atos 15:1; Gálatas 5:17, 18). Paulo cria que a lei apontava para Cristo (veja 1 Coríntios 10:11) e, em si mesma, não oferecia alívio para o pecado. A obra de Cristo e o ministério do Espírito davam continuidade à lei, mas forneciam um modo de vida inteiramente novo com Deus.

7E, se o ministério da morte, gravado com letras em pedras, se revestiu de glória, a ponto de os filhos de Israel não poderem fitar a face de Moisés, por causa da glória do seu rosto, ainda que desvanecente, ⁸como não será de maior glória o ministério do Espírito! ⁹Porque, se o ministério da condenação foi glória, em muito maior proporção será glorioso o ministério da justiça. ¹⁰Porquanto, na verdade, o que, outrora, foi glorificado, neste respeito, já não resplandece, diante da atual sobre-excelente glória. ¹¹Porque, se o que se desvanecia teve sua glória, muito mais glória tem o que é permanente.

Versículo 7. Os pensamentos de Paulo neste texto parecem ter fluído livremente, numa sucessão. O comentário sobre a carta de recomendação que alguns pensavam que ele deveria apresentar

levou à ideia de que os próprios coríntios já eram uma espécie de carta escrita no coração do apóstolo, uma carta que os recomendava a ele. A igreja de Corinto também era uma carta que outros podiam ler (3:3). A partir daí, o apóstolo passou a falar da letra da lei de Moisés. Ele contrastou a letra da Lei, **o ministério da morte, gravado com letras em pedras** e “o ministério do Espírito” (3:8). A nova aliança, assim como a igreja de Corinto, foi gravada em tábuas humanas. A **glória** da antiguidade era maravilhosa – tão gloriosa **a ponto de os filhos de Israel não poderem fitar a face de Moisés** – embora **a glória do seu** [de Moisés] **rostro** fosse uma glória **desvanecente**. Por causa de Cristo, o Espírito inspirou a pregação da nova aliança. Inscrita nos corações humanos, ela era incomparavelmente mais gloriosa que a antiga aliança.

Os cristãos judeus relutavam em deixar para trás as práticas do judaísmo étnico. Anos antes, eles apresentaram suas exigências à igreja na Antioquia da Síria (Atos 15:1). Mestres semelhantes, ao que parece, tinham seguido Paulo até as igrejas da Galácia, defendendo agressivamente a obediência à lei como um pré-requisito para os gentios se tornarem cristãos. Nos anos seguintes, eles aumentaram sua influência na Judeia (Atos 21:20). Cerca de seis anos depois de escrever 2 Coríntios, o apóstolo estaria numa prisão em Roma, julgando ser necessário advertir os filipenses (Filipenses 3:2, 3). Parece que mestres instigados por essa mesma convicção deixaram suas marcas em outras congregações. A presença deles explica o fato de Paulo delinear o contraste entre a letra da lei, denominada por ele de “o ministério da morte”, e “o ministério do Espírito”. Juntamente com Gálatas e Filipenses, 2 Coríntios indica até onde esses judeus cristãos iriam a fim de impedir Paulo de propagar o evangelho entre os gentios. Paulo estava determinado a resistir a tais exigências. O evangelho de Cristo, insistiu ele, não exigia que os crentes gentios se submetessem à circuncisão ou a qualquer outro costume judaico.

O formato da autodefesa de Paulo sugere que seus críticos eram do partido da circuncisão. A influência desses indivíduos na igreja já se fizera evidente na Judeia (veja Atos 11:2). A referência de Paulo aos “superapóstolos” (2 Coríntios 11:5; 12:11; NVI) que eram influentes em Jerusalém também aponta para as conexões judaicas de seus oponentes. Em Corinto, os oponentes do apóstolo podem ter encontrado adeptos entre os cristãos

judeus desconfortáveis em partilhar Cristo com gentios. Os inimigos do apóstolo em Corinto estavam determinados a limitar a igreja à bolha do judaísmo. Em questão de um ou mais anos, Lucas declararia em Atos que o antagonismo dos judeus contra Paulo em Corinto foi forte o suficiente para levá-los a conspirar seu assassinato (Atos 20:3).

A principal preocupação de Paulo era defender sua mensagem e sua conduta em Corinto, mas havia um motivo para ele ter formulado sua defesa da maneira como o fez. Embora parecesse que ele chegara ao assunto por acidente, o apóstolo se defendeu contrastando a glória da lei com a glória da nova aliança em 3:7–11. A revelação de Deus a Moisés foi tão maravilhosa que um véu teve que ser colocado sobre seu rosto para que Aarão e os anciãos de Israel aguentassem a sua presença (Êxodo 34:29–32). Paulo não fez nenhuma tentativa de diminuir a glória da lei. Em vez disso, ele argumentou de uma premissa menor para uma maior. Se a antiga aliança tinha tamanha glória, a nova aliança que vivifica tinha muito mais!

Versículo 8. Paulo reconheceu a glória manifestada no momento em que Deus firmou a aliança com Israel. Ele argumentou que a glória do **ministério do Espírito** mediada por Cristo na cruz era muito maior do que a que acompanhou Moisés: **de maior glória**. O brilho na face de Moisés era um símbolo da glória da antiga aliança. A glória maior da nova aliança estava na Pessoa do Filho de Deus, culminando em Sua morte na cruz e na ressurreição. A graça de Deus, a paz com Deus, a reconciliação e a salvação do pecado faziam parte da glória que repousava sobre os coríntios por causa da nova aliança. Paulo pensava a lei como o ministério do Legislador ao povo de Israel. Deus era o Autor da lei; mas, em comparação com o ministério do Espírito, a lei não ofereceu nenhum alívio duradouro do pecado.

O apóstolo estava ciente de que a lei cumpriria o papel de guiar Israel espiritualmente por séculos, até a vinda de Cristo. Paulo apoiou na lei a continuidade de um passado glorioso. Ele não pregou nenhum novo Deus; Jesus foi o cumprimento de tudo o que a lei havia prometido. Ao mesmo tempo, os aspectos estritamente étnicos da lei definiam o que significava ser hebreu. Paulo não estava interessado em fazer prosélitos para o judaísmo. Eram os componentes étnicos da lei que Paulo se recusou a impor aos crentes gentios. O sistema sacrificial que se concentrava no templo

de Jerusalém e a exigência da circuncisão não faziam parte do evangelho que ele pregava. A glória da nova aliança começava amando-se a Deus e ao próximo como a si mesmo.

Versículo 9. Iniciada com Moisés no Sinai, a aliança entre Deus e Israel – a lei – trouxe culpa, pecado, condenação e morte. Em vez de “ministério”, algumas versões traduzem o grego *διακονία* (*diakonia*) em 3:7, 8 e 9 por “dispensação”. “Dispensação” é um termo que designa um período em que Deus “dispensou” Suas leis ou Sua vontade na governança de assuntos humanos de uma maneira particular. O dispensacionalismo é muito complexo para ser tratado aqui. Resumidamente, é um sistema de pensamento fixado no Israel físico e nos planos de Deus para os judeus étnicos no futuro. Normalmente, inclui detalhes sobre o estabelecimento de um reinado milenar de Cristo na terra. A palavra *diakonia* e seus derivados são comuns no Novo Testamento. Significa basicamente “ministério” ou “serviço”, embora o contexto possa dar-lhe uma nuance semelhante, mas diferente. “Dispensação” não seria uma má tradução, não fosse pelas implicações teológicas anexadas ao termo ao longo do tempo.

Paulo declarou que a lei dada a Israel por Moisés era “ministério da morte” (3:7) ou “ministério da condenação” (3:9). A lei foi outorgada por Deus. O ponto fraco da lei não estava em sua formulação. O povo é que pôs toda a atenção na letra de suas ordenanças, em vez de focar no espírito de seu propósito. Em comparação, a nova aliança em **muito maior proporção [fez] glorioso o ministério da justiça**. Mediante a graça de Deus, porque Cristo morreu e pagou o preço pelo pecado, a nova aliança é “o ministério da justiça”. A velha aliança deixava todos sem perdão, mortos no pecado; a nova aliança infunde aos cristãos uma justiça baseada na santidade e obediência a Cristo. Tão superior é a nova aliança em relação à antiga que, em comparação, a antiga era “o ministério da condenação”.

A tradução **porque, se o ministério da condenação foi glória** segue cópias antigas em que se lê ἡ *διακονία* (*hē diakonia*, “o ministério”). Está no caso nominativo, ou seja, a palavra é o sujeito do verbo. No entanto, em alguns excelentes manuscritos antigos se lê τῇ *διακονίᾳ* (*tē diakonia*), um caso dativo, equivalente a “para o ministério”. O texto grego conforme impresso pelas Sociedades Bíblicas Unidas, significa, literalmente, “para o ministério da condenação é glória”. A maioria das tra-

duções aceita o nominativo, e não o dativo, como a leitura mais confirmada. Felizmente, o sentido não muda muito do caso nominativo para o dativo.

Versículo 10. A glória muito maior de perdão e vida oferecida por Jesus sobrepuja o brilho da lei. A antiga aliança, que **outrora era glorificad[a]**, agora **já não resplandece, diante da atual sobre-excelente glória**. Como diz a NVI: “Pois o que outrora foi glorioso, agora não tem glória, em comparação com a glória insuperável”. Uma luz pode parecer esplêndida até que outra mais forte domine a primeira com seu próprio brilho. O apóstolo admitiu a glória da lei (Romanos 7:7). Foi a maneira como Deus se revelou a Israel. No entanto, a redenção efetuada por meio de Cristo ultrapassou em muito a glória da lei.

O apóstolo estava dizendo: “Aquilo que era glorioso (a aliança mosaica) não parece tão glorioso como antes. Sua glória não é tão espetacular quanto parecia antes, porque a glória da nova aliança superou-a”.

Versículo 11. A palavra “glória” e seus derivados é usada dez vezes nos versículos 7 a 11. (Tanto o substantivo como o verbo, δόξα [*doxa*] e δοξάζω [*doxazō*], aparecem no grego.) O sentido dessa palavra está mais ligado ao seu uso na LXX do que ao seu uso contemporâneo no grego secular. O termo significa uma condição de esplendor que pode ser atribuída a qualquer coisa. É dever humano atribuir a Deus a excelência inerente ao Seu ser. Dar glória a Deus “não significa conceder-Lhe algo que não tem, mas reconhecer a honra que Lhe é devida”⁴. “Glória” é usada no Novo Testamento, na maioria das vezes, como uma metáfora da honra, excelência moral e louvor que são devidos a Deus.

Havia **glória** na antiga aliança, mas era uma glória **que se desvanecia**. Essa glória foi superada pela nova aliança de Deus consumada pelo sacrifício de Cristo. Paulo argumentou que se a antiga aliança que estava desvanecendo era gloriosa, **muito mais glória tem [a] que é permanente**.

O raciocínio de Paulo lança luzes sobre a luta que os cristãos de hoje ainda travam com a relação entre o Antigo e o Novo Testamento. O Antigo Testamento não foi substituído pelo Novo. O Antigo continua a fazer parte do cânone das Escritu-

⁴ Gerhard Kittel, “δόξα” em *Theological Dictionary of the New Testament*, ed. Gerhard Kittel, trad. Geoffrey W. Bromiley. Grand Rapids, Mich.: Wm. B. Eerdmans Publishing Co., 1964, vol. 2, p. 248.

ras; é a Palavra de Deus. O Antigo Testamento foi e é proveitoso para instrução, porém, sua imagem de glória que se desvanece ilustra que ele era uma aliança em andamento. O Antigo Testamento anteviu o que estava por vir; ele não era uma palavra final. O Antigo Testamento mirava a perfeição da revelação de Deus. As maravilhas da salvação desfrutada pelos cristãos na nova aliança superam qualquer coisa realizada na antiga aliança. Por intermédio de Cristo, por causa da habitação do Espírito, o homem interior é transformado. A obediência a uma carta escrita em pedra foi apenas um passo nessa direção.

RETIRANDO O VÉU (3:12–18)

As exposições de Paulo se harmonizam estranhamente em 2 Coríntios. Ele escreveu sobre a antiga aliança e sua relação com a nova, comentando sobre a glória desvanecente da antiga. Ele contrastou o ministério da morte com o ministério do Espírito. Aparentemente, ele fez tudo isso sem explicar como esses tópicos se relacionavam com a presença de cristãos judeus na igreja de Corinto. Tudo indica que a congregação estava sendo ameaçada por forças que tentavam impor aos cristãos a lei mosaica. Caso contrário, os argumentos do apóstolo sobre a superioridade da nova aliança sobre a antiga seriam uma digressão mal colocada. Por outro lado, se na ausência de Paulo, infiltraram-se na igreja zelosos da lei enviados da Judeia, a admoestação do apóstolo era necessária. Os irmãos precisavam desse ensino para compreender a independência da mensagem de Cristo.

Entre os indicadores no capítulo 3 da carta de 2 Coríntios de que estava ocorrendo uma discórdia naquela igreja, podemos identificar também o problema da presença de judaizantes. O capítulo sugere que cristãos judeus zelosos haviam chegado a Corinto, querendo impor a lei aos crentes gentios. A acusação dos oponentes de Paulo nos últimos capítulos da carta também fornece um considerável apoio a esse palpite. Paulo colocou suas próprias credenciais contra aqueles que afirmavam ser hebreus, israelitas e descendentes de Abraão (11:22). Esses mestres insistiam em que os crentes gentios aderissem aos ritos étnicos do judaísmo estabelecidos na antiga aliança. Embora os oponentes de Paulo professassem a Cristo, eles mantinham um véu judaico sobre o rosto. Paulo queria que seus leitores entendessem que obedecer à lei de Moisés equivalia a negar a graça de Deus manifestada em

Jesus Cristo.

¹²Tendo, pois, tal esperança, servimo-nos de muita ousadia no falar. ¹³E não somos como Moisés, que punha véu sobre a face, para que os filhos de Israel não atentassem na terminação do que se desvanecia. ¹⁴Mas os sentidos deles se embotaram. Pois até ao dia de hoje, quando fazem a leitura da antiga aliança, o mesmo véu permanece, não lhes sendo revelado que, em Cristo, é removido. ¹⁵Mas até hoje, quando é lido Moisés, o véu está posto sobre o coração deles. ¹⁶Quando, porém, algum deles se converte ao Senhor, o véu lhe é retirado. ¹⁷Ora, o Senhor é o Espírito; e, onde está o Espírito do Senhor, aí há liberdade. ¹⁸E todos nós, com o rosto desvendado, contemplando, como por espelho, a glória do Senhor, somos transformados, de glória em glória, na Sua própria imagem, como pelo Senhor, o Espírito.

Versículo 12. Porque Paulo tinha tal esperança baseada na graça de Deus revelada em Cristo, ele tinha confiança para falar sobre os esplendores da nova aliança sem apologias. O contraste entre “o ministério do Espírito” (3:8) e “o ministério da condenação” (3:9) resultou num confiante **pois**. Cristo era a fonte de sua **muita ousadia**. Paulo empenhou-se em diferenciar a esperança confiante da mera arrogância humana. A glória da nova aliança capacitou-o a usar de grande ousadia no falar.

Embora Jesus tenha pregado, morrido e ressuscitado em Canaã, esses eventos não visavam beneficiar somente os judeus. O ministério do Homem de Nazaré não ocorreu para reforçar a posição dos judeus étnicos. Algo novo havia explodido no cenário humano. A esperança dada por Deus em Cristo baseia-se no sólido testemunho histórico de testemunhas oculares, mas sua relevância não se limitou à Judeia. Paulo queria que seus leitores entendessem que não havia hesitação em sua posição de apóstolo. Ele era tão confiante na sua mensagem aos coríntios quanto no fato de Cristo ter-lhe aparecido e chamado para ser apóstolo.

Versículo 13. Paulo usou o “véu” em 3:13–16 para representar uma falha na visão da “glória”, ao discorrer mais acerca da diferença entre a antiga e a nova aliança. Esperança, transformação, a novidade da nova aliança, o apego dos judeus à sua posição favorável diante de Deus e o endurecimento de corações foram os temas abordados por Paulo. Pensamentos aparentemente aleatórios caíram do

intelecto inspirado do apóstolo enquanto ele comentava sobre o véu que encobria as mentes dos que estavam influenciando a igreja em Corinto. Para os gentios, encobrir a própria mente com um véu seria desastroso. Paulo exortou-os a não virar as costas à liberdade de Deus em Cristo. Mediante o poder transformador do Espírito, a nova aliança da graça traria glória para os cristãos em Corinto, e, conseqüentemente, glória a Deus.

Paulo respondeu à deturpação dos conceitos fundamentais com raciocínios e evidências doutrinárias sólidas. As Escrituras apoiavam a afirmação de Paulo de que Deus tinha o propósito de fazer uma nova aliança com um povo que crescesse. Um orador inteligente usa anedotas, ou piadas, para ganhar a atenção dos ouvintes. Essa não foi a estratégia de Paulo. James W. Thompson observou: “A igreja permanece incapaz de refletir teologicamente sobre a sua identidade, a menos que tenha observado uma reflexão teológica madura da parte de seus mestres”⁵.

Em 3:13a, Paulo retomou o pensamento extraído de Êxodo que foi introduzido em 3:7. Ele interpretou o véu usado por Moisés **sobre a face**, quando ele falava com Israel, como símbolo da recusa nacional dos judeus em crer na graça de Deus em Cristo (Êxodo 34:30–35). O apóstolo, guiado pelo Espírito, narrou essa história, focando um de seus aspectos: a desvanecente glória da face de Moisés. Quando Arão e Israel viram Moisés depois que este desceu do Sinai, eles notaram que “resplandecia a pele do seu rosto; e temeram chegar-se a ele” (Êxodo 34:30b). O véu era para proteger quem falasse com Moisés; protegê-lo da glória que Deus transmitiu a ele no monte.

Nada em Êxodo leva a crer que Moisés punha o véu **para que os filhos de Israel não atentassem na terminação do que desvanecia**. Visto que Êxodo não faz mais nenhuma referência ao brilho no rosto de Moisés, Paulo inferiu que a glória transmitida a Moisés quando ele desceu do Sinai era temporária. Daí, ele argumentou que o véu usado por Moisés era para evitar que Israel visse que essa glória estava se desvanecendo. Quaisquer que sejam os valores das inferências do apóstolo, a ideia principal por ele destacada era que a glória do rosto de Moisés não era permanente. **Não so-**

mos como Moisés, argumentou o apóstolo. A glória transformadora transmitida por Cristo ao Seu povo é imarcescível, não perde o viço (veja 3:18).

Versículo 14. O raciocínio que Paulo estava desenvolvendo tinha pouco a ver com a reação de Arão e Israel ao rosto resplandecente de Moisés ao descer do Sinai. O mais importante era que **os sentidos** do povo de Israel **se embotaram**. Mesmo depois de verem o efeito da revelação de Deus no rosto de Moisés, eles seguiram as inclinações carnis. As descrições de Israel no deserto em Êxodo e Números demonstram que eles nunca deram valor à glória nem mesmo a da antiga aliança. Era importante para o apóstolo estabelecer duas questões: 1) Deus conhecia a tendência de Israel para o pecado. Portanto, a aliança que Ele fez com Israel por meio de Moisés nunca foi concebida para ser permanente. A desvanecente glória do resplendor no rosto de Moisés era um símbolo da impermanência da lei. A antiga aliança foi firmada em preparação para a nova. 2) A mesma resistência à revelação de Deus que caracterizou Israel no deserto se aplica à rejeição do Israel contemporâneo à salvação em Cristo.

Paulo associou o véu usado por Moisés com a falta de visão espiritual entre os judeus contemporâneos quando liam a antiga aliança. Jamais poderiam ver na antiga aliança a glória sobre-excelente da nova aliança. A comparação ficou completa quando Paulo escreveu: **Pois até ao dia de hoje, quando fazem a leitura da antiga aliança, o mesmo véu permanece**. As observações de Paulo sobre o véu usado por Moisés contêm um caráter de tipo e antítipo. Ele não fez nenhuma alegação de que o véu usado por Moisés prefigurava a resistência dos judeus ao evangelho. Paulo viu no véu certa semelhança ou sombra da situação que ele testemunhou. O véu de Moisés tipificava a dureza de coração do Israel contemporâneo; a dureza de Israel era um antítipo do véu.

Aos que liam a antiga aliança com o coração iluminado, o véu era removido. É apenas um detalhe técnico se a permanência do “véu” **em Cristo... removido** era por causa da devoção judaica à antiga aliança ou por causa da falta de vontade dos ouvintes de obedecer à mensagem apostólica. Visto que a antiga aliança era metaforicamente o véu, o significado é o mesmo, de qualquer maneira. A antiga aliança foi removida; a nova se estabeleceu. A glória da antiga era seu testemunho da nova. Deixar de ver Cristo na antiga aliança era lê-la com

⁵James W. Thompson, *Preaching Like Paul: Homiletical Wisdom for Today*. Louisville: Westminster John Knox Press, 2001, p. 121.

um véu sobre o rosto. A mesma dureza de coração confrontada por Jesus continuava a infectar os judeus que davam as costas à mensagem apostólica.

Entende-se que as palavras de Paulo “antiga aliança”, em 3:14, designam o que na Bíblia Hebraica é “o Antigo Testamento”. A palavra grega *διαθήκη* (*diathēkē*) pode se referir a um acordo entre duas ou mais partes, ou pode significar a última vontade e testamento de uma pessoa que faleceu. Juntando os pensamentos de 3:14 e Hebreus 9:16 e 17, em que o contexto define *diathēkē* como “testamento”, concebemos que os livros de Gênesis a Malaquias equivalem ao Antigo Testamento. Quando Cristo morreu, argumentou o autor de Hebreus, Ele pôs fim à “primeira aliança” (Hebreus 9:18). O mesmo autor escreveu que Deus tornou “antiquada a primeira [aliança]” – isto é, Ele a tornou velha – quando estabeleceu a “Nova” (Hebreus 8:13).

Em contraste com o autor de Hebreus, Paulo usou as frases precisas “nova aliança” (3:6) e “antiga aliança” (3:14). A “nova aliança” também aparece em 1 Coríntios 11:25 e Lucas 22:20, mas em nenhum outro versículo do Novo Testamento aparece a frase “a antiga aliança” (ἡ παλαιὰ διαθήκη, *hē palaia diathēkē*). A linguagem “antiga” versus “nova” é evidente nas comparações que Jesus fez do remendo novo em veste velha e do vinho novo em odres velhos, em Marcos 2:21 e 22. No entanto, nesse contexto, o Senhor não estava falando de aliança.

Versículo 15. Visto que havia “um véu” encobrindo-lhes o coração, os judeus presos à antiga aliança que eram contemporâneos de Paulo ainda estavam em uma posição semelhante à de Israel no deserto. Não haviam entendido o testemunho das Escrituras sobre Cristo. **Mas até hoje**, disse Paulo, **quando é lido Moisés, o véu está posto sobre o coração deles.** Aqueles que cobriam a mente permaneciam em rebelião. Cristãos como Paulo, é claro, também liam a lei de Moisés; porém a confissão de Cristo como Senhor havia removido o véu. O apóstolo tinha orgulho de se identificar com Israel em sua história (veja Romanos 11:2, 3; 2 Coríntios 11:22). Todavia, ao analisar a rejeição dos judeus a Cristo, o apóstolo usou o pronome da terceira pessoa. “Os sentidos deles”, escreveu ele, e “o coração deles” (3:14a, 15b).

Provavelmente, a oposição que Paulo sofreu em Corinto foi liderada por homens enviados da igreja da Judeia que defendiam que os cristãos

gentios também deveriam se submeter à lei de Moisés. Nesse caso, Paulo estava afirmando que o véu permanecia sobre seus olhos. Esses adversários alegavam que Jesus era o Messias, mas não entendiam as implicações dessa nova fé. A diferença entre a “nova” e a “antiga” aliança estava além do entendimento deles a respeito da obra de Deus em Cristo. A relação das palavras de Paulo no capítulo 3 com seu feroz ataque aos oponentes nos capítulos 10 a 13 é importante para a nossa exposição sobre a unidade da Epístola de 2 Coríntios.

Versículo 16. O apóstolo resumiu o que havia dito com uma declaração conclusiva: **Quando, porém, algum deles se converte ao Senhor, o véu lhe é retirado.** Converter-se a Cristo significava remover o véu para ver a lei como ela era. A antiga aliança era temporária, era um testemunho da vinda do Salvador. O aviso de Paulo aos que continuavam obstinadamente apegados à lei como se esta fosse a revelação final de Deus implicava que eles jamais entenderam a obra de Deus em Cristo.

O apóstolo tinha o maior respeito pela lei mosaica, mas enfatizou que Deus deu algo radicalmente novo a todas as pessoas ao enviar Seu Filho. Quando devidamente compreendida, a lei levava à vida em Cristo. Em Cristo, os marcadores de identificação do judaísmo étnico só serviam para os judeus que estavam preocupados em preservar sua sucessão hereditária. No entanto, os judeus que insistiam que os gentios tinham que observar os marcadores da cultura de Israel para serem salvos interpretaram mal a obra de Cristo. Da mesma forma, entenderam mal a significância da lei mosaica.

Versículo 17. Paulo usou regularmente *κύριος* (*kurios*, “Senhor”) significando o Senhor Jesus Cristo. Em 3:14, ele disse que o véu posto no coração dos judeus foi, “em Cristo, removido”. Em 3:16, ele afirmou que o véu era retirado quando alguém se convertia ao “Senhor”. Nesse contexto, é improvável que Paulo quisesse igualar o Senhor Jesus com o Espírito Santo. O que, então, ele quis dizer quando escreveu: **Ora, o Senhor é o Espírito?** O apóstolo estava afirmando que foi o Senhor quem levou os crentes a experimentar a obra do Espírito. Por isso, **onde está o Espírito do Senhor, aí há liberdade.** Herman Ridderbos afirmou:

Paulo coloca o ministério da morte e da letra da Antiga Aliança em oposição ao da justiça e da liberdade dadas pelo Espírito. Nessa linha de raciocínio, ele pode agora chamar o Senhor de

Espírito, porque no Senhor a obra vivificadora e libertadora do Espírito é levada a efeito, a Nova Aliança é cumprida e acontece a nova criação.⁶

Jesus e o Espírito são semelhantes quanto à glória e à eternidade. Ambos são Deus; por isso, o Senhor e o Espírito são um. O Senhor e o Espírito são entidades distintas quanto à participação na redenção dos crentes. Por causa de Cristo, o crente está livre da imposição da lei mosaica. A alma redimida, revestida do poder do Espírito, desfruta de uma nova liberdade. O cristão é liberto do pecado, e essa liberdade procede do compromisso de seguir o Senhor com uma mente arrependida. É por meio do Espírito que Jesus está presente em Seu povo individual e coletivamente.

Paulo está contrapondo que a ressurreição (ou exaltação) coloca Cristo no mesmo nível do Espírito, e que essa união com Ele garante aos crentes vida espiritual, a qual é vida na comunidade.⁷

Por meio do Espírito, o Criador e a criatura – o Redentor e os redimidos – desfrutam de comunhão. Essa nova ordem viabilizada pelo Espírito entrou em vigor através do Senhor crucificado e vivo.

Versículo 18. Paulo já não estava falando dos judeus que queriam preservar e impor os marcadores étnicos que os distinguiam como nação escolhida por Deus. Ele mudou novamente de pronome, retomando o plural “nós”: **E todos nós, com o rosto desvendado, contemplando, como por espelho, a glória do Senhor, somos transformados.** O ministério do Espírito é “nossa” herança. Ao contrário dos judeus que liam a lei com um véu encobrindo a mente e o coração carregado de pecado, os cristãos não têm véu. Entendemos a mensagem de Deus na lei; e temos a confiança de que fomos chamados para retirar o véu e, de certo modo, comparecer perante Deus. Ao olharmos para Ele, somos transformados, **de glória em glória, na Sua própria imagem.** A NVI diz: “estamos sendo transformados com glória cada vez maior”. O verbo *κατοπτρίζω* (*katoptrizō*, “contemplamos”) só tem esta ocorrência no Novo Testamento. Jack McKinney destacou que o verbo (que na forma

⁶Herman Ridderbos, *Paul: An Outline of His Theology*, trans. John Richard De Witt. Grand Rapids, Mich.: Wm. B. Eerdmans Publishing Co., 1975, p. 88.

⁷Eduard Schweizer, “*πνεῦμα*” em *Theological Dictionary of the New Testament*, ed. Gerhard Friedrich, trans. Geoffrey Bromiley. Grand Rapids, Mich.: Wm. B. Eerdmans Publishing Co., 1968, vol. 6, pp. 419–20.

ativa significa “contemplar”) está na voz média (*κατοπτριζόμενοι*, *katoptrizomenoi*), significando precisamente “refletir”. Apenas o rosto de Moisés brilhou enquanto ele, em seu papel de mediador da aliança do Sinai, refletia a glória de Deus. McKinney escreveu:

O que foi dito a respeito dos apóstolos era uma analogia com o véu sobre o rosto de Moisés... Diferente de Moisés, os apóstolos nada omitiram como ministros da nova aliança (2 Coríntios 3:6); eles trouxeram sua mensagem “com o rosto desvendado”, refletindo a glória do Senhor.⁸

Ser salvo do pecado significa ser considerado justo pela obra salvífica de Jesus Cristo, mas a vida em Cristo é um processo de transformação. O cristianismo requer uma vida inteira de crescimento. A vida diária em Cristo promove uma transformação constante, de um nível de maturidade para outro.

Quase casualmente, Paulo disse que a transformação cristã ocorre **pelo Senhor** e acrescentou, a seguir, as palavras **o Espírito**. O genitivo *πνεύματος* (*pneumatōs*, “de espírito”) é entendido pela maioria dos tradutores como um genitivo apositivo, que significa: “o Senhor que é o Espírito”. Pela segunda vez, Paulo relacionou “Senhor” e “Espírito” como elementos bem próximos. Paulo não reduziu o Espírito Santo a uma força impessoal ou uma influência divina que permeia a vida dos crentes. Ele via o Espírito como uma Pessoa que podia ser designada “Senhor” tal como Deus Pai e Deus Filho. O acesso ao Espírito e a comunhão com Deus são possíveis porque o Filho assumiu a forma humana e pagou o preço do pecado. O apóstolo não fez nenhum esforço consciente para ensinar a doutrina de um Deus trino, mas o conceito de Trindade está entranhado em suas afirmações sobre a Divindade.

DESTAQUES

“A letra mata, mas o espírito vivifica” (3:7, 8)

Paulo apresentou uma série de contrastes ou comparações entre a lei de Moisés e a lei de Cristo. Primeiro, o apóstolo chamou a lei de Moisés de “ministério da morte” (3:7). Ele contrapôs essa descrição da lei à mensagem cristã, “o ministério do Espírito” (3:8).

⁸Jack McKinney, *Galatians*, série Truth for Today Commentary. Searcy, Ark.: Resource Publications, 2017, p. 206, n. 39.

Chamar a lei de Moisés de “ministério da morte” parece extremista. Jesus e Paulo não estimavam a lei? O próprio Deus outorgou a lei (Romanos 7:12). Como ela poderia ser ministério da morte? Jesus disse: “Não pensem que vim abolir a Lei ou os Profetas; não vim abolir, mas cumprir” (Mateus 5:17; NAA). Quando lemos atentamente as palavras de Paulo, notamos que não era seu propósito fazer a glória da lei cair em descrédito. O povo de Israel considerava a lei o presente mais precioso de Deus ao Seu povo. Deus havia dado a Israel a terra de Canaã. Ele havia abençoado Israel de muitas maneiras, mas nenhuma outra bênção se comparava à lei.

Quando Moisés falou ao povo de Israel na véspera da entrada na Terra Prometida, fez os israelitas se lembrarem de que Deus os havia abençoado dando-lhes a lei (Deuteronômio 4:6). O hinário de Israel eram os salmos. O Salmo 119, que é o mais longo de todos, é um poema sobre a lei. As nações ao redor de Israel só conheciam ídolos esculpidos em madeira e pedra que não falavam, não pensavam e nada faziam. As demais nações estavam nas trevas, sem nenhuma lei divina para guiá-las.

Os profetas nunca se cansaram de comparar o Deus de Israel com os ídolos inúteis das outras nações. Isaías 46 retrata uma procissão em que o povo desfila pela cidade carregando um ídolo, uma imagem, tirada de seu pedestal num templo. Em Isaías 46:7, o profeta disse, com efeito: “Um deus que precisa ser carregado não é muito deus”. Como que zombando dos idólatras, Isaías disse basicamente: “O Deus de Israel não precisa ser carregado; Ele nos carrega” (veja Isaías 46:3, 4). É justo dizer que a lei fez de Israel o povo que eles eram. Não foi a terra, nem Jerusalém nem o templo que fizeram Israel, foi a lei.

Não é de admirar que Israel se deleitasse com a lei! No entanto, Paulo chamou-a de “ministério da morte”. Por que Paulo se referiu à lei, a qual ele mesmo chamou de “boa” (Romanos 7:16; 1 Timóteo 1:8), como um “ministério da morte”? O apóstolo usou essa linguagem porque estava fazendo uma comparação. Em comparação com a revelação que os cristãos conhecem em Cristo, a lei é um “ministério da morte”. Quando um cristão participa da comunhão de Cristo, quando uma pessoa se aproxima de Deus através do sangue de Cristo, esse indivíduo é abençoado além de qualquer coisa que Israel imaginasse. Paulo não tinha medo de comparar a vida que ele conheceu debaixo da lei

com a vida em Cristo:

Mas o que, para mim, era lucro, isto considerei perda por causa de Cristo. Sim, deveras considero tudo como perda, por causa da sublimidade do conhecimento de Cristo Jesus, meu Senhor (Filipenses 3:7, 8).

Paulo não poderia ter encontrado uma frase melhor do que “ministério do Espírito” para expressar a vida que se tem em Cristo. Ele declarou aos coríntios que o Espírito Santo serve aos cristãos revelando a Palavra e agindo em suas vidas. Por mais gloriosa que seja a lei debaixo da qual Israel viveu, a glória de Cristo a supera em muito.

Abundando em Glória (3:9–11)

Paulo comparou a vida debaixo da lei de Moisés com a esperança em Cristo. “Porque, se o ministério da condenação foi glória”, escreveu ele, “em muito maior proporção será glorioso o ministério da justiça” (3:9). Apesar de sua glória, a lei de Moisés foi um ministério de morte, um ministério de condenação. A vida em Cristo, disse o apóstolo, é um ministério do Espírito, o que significa que é um ministério de justiça. Ele já havia dito que “a letra mata, mas o Espírito vivifica” (3:6). O apóstolo falou da lei de Moisés e do evangelho de Cristo como ministérios. A palavra “ministério” chama a atenção para a maneira como Deus serviu à Sua criação – serviu a você e a mim. Normalmente pensamos no serviço como algo que nós oferecemos a Deus; mas antes que o Seu povo Lhe servisse, Deus serviu à família humana.

Deus serviu a Israel quando outorgou a lei por intermédio de Moisés, mas a lei que Moisés revelou só trazia condenação. Viver debaixo da lei sobrecarregou os israelitas com a culpa pelo pecado. Nesse sentido, ela era um ministério de condenação. Os profetas continuamente acusaram o povo de pecar. Debaixo da lei, não havia recurso para os pecados cometidos. O peso do pecado só se acumulava. Amós disse:

Buscai ao SENHOR e vivei, para que não irrompa na casa de José como um fogo que a consuma, e não haja em Betel quem o apague. Vós que converteis o juízo em alosna e deítais por terra a justiça (Amós 5:6, 7).

Amós enumerou coisas específicas, enquanto Paulo fez uma acusação mais geral. O apóstolo escreveu: “Visto que ninguém será justificado diante de Deus por obras da lei, em razão de que pela lei vem

o pleno conhecimento do pecado” (Romanos 3:20).

Paulo fez uma distinção entre um ministério de condenação e um ministério de justiça. Quando comparada a outras religiões do mundo, talvez a doutrina mais distintiva da fé cristã seja o conceito de graça. O ministério da justiça de Deus foi viabilizado por Jesus de Nazaré. Deus se mobilizou para salvar um povo; Ele tomou a iniciativa. Por maior que fosse a lei de Moisés, no final, ela era um ministério de morte.

Quando Paulo comparou o ministério da lei de Moisés com o ministério do Espírito, ele fez outro contraste importante. O esplendor da lei era temporário. A revelação de Cristo, “a lei da liberdade” (Tiago 1:25), é para sempre. Paulo disse: “...os fi-

lhos de Israel não poderem fitar a face de Moisés, por causa da glória do seu rosto, ainda que desvanecente” (2 Coríntios 3:7); “porque, se o que se desvanecia teve sua glória, muito mais glória tem o que é permanente” (2 Coríntios 3:11).

A vinda de Cristo, Sua morte pelos pecados da humanidade, a mensagem do evangelho proclamada por Sua autoridade – tudo isso é para sempre. Na necessidade, os cristãos recorrem a Ele. Com alegria, oferecemos louvor e ação de graças. Em tempos de medo ou tristeza, confiamos em Sua promessa de salvar. Os cristãos desfrutam de um ministério de Deus, um ministério do Espírito. Um ministério de justiça incorruptível.

Autor: Duane Warden

© A Verdade para Hoje, 2021

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS